

A instalação do Estado Nacional e as tensões fronteiriças: Uruguai e Rio Grande do Sul no período 1822-1851.

Ana Luiza Setti Reckziegel* (UPF, Brasil)

O processo de instalação e de consolidação dos Estados Nacionais no Brasil e no Uruguai foi, desde seu início, marcado por tensões internas e externas significativas, que tiveram repercussão direta nas relações bilaterais entre as duas regiões. Esse contexto de ruptura com o colonialismo ibérico foi notadamente refletido no plano do inter-relacionamento regional. Isto é, para além dos reflexos internacionais esta conjuntura causou efeitos imediatos de caráter inter-regional em dois territórios contíguos: o Uruguai e o Rio Grande do Sul.

Nas próximas páginas, descreveremos brevemente como se deu o processo de implantação e consolidação dos Estados Nacionais nessas regiões e apontaremos para os efeitos que teve sobre o trânsito inter-regional.

I - ARTIGAS E A FRONTEIRA RIO-GRANDENSE

No contexto da invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas, em 1810, as repercussões na possessão espanhola platina fizeram-se sentir de forma diferenciada. Enquanto Buenos Aires liderava as lutas de independência com a chamada *Revolução de Maio* (LEVENE, 1939), em Montevideú, inicialmente, a posição do Cabildo foi de assegurar os direitos de Fernando VII. É preciso notar que essa postura não foi unânime. Havia um grupo, os chamados inovadores, que inclinava-se a reconhecer a junta de Buenos Aires, porém hesitavam diante da possibilidade de subordinação àquela instância, historicamente desvantajosa aos negócios montevidéanos. Sem lograr êxito, esse grupo foi logo sufocado pelo Cabildo, que acabou transformando Montevideú em um dos principais centros contra-revolucionários do Prata.

Em fevereiro de 1811, Elio, então governador de Montevideú, declarou guerra à Junta Revolucionária de Buenos Aires, mantendo a Banda Oriental como a única província do vice-reino ainda sujeita ao domínio espanhol. Porém, em abril do mesmo ano, entraria em cena o revolucionário Artigas, que se pondo em armas contra Elio, confinou-o às praças de Montevideú e Colônia. Acuado, Elio solicitou o apoio da Corte portuguesa, sendo as tratativas feitas através do capitão-geral do Rio Grande do Sul, Diego de Souza, que, autorizado pelo governo do Rio de Janeiro, invadiu o território oriental com um exército de cinco mil homens, penetrando consecutivamente nas localidades de Melo, Santa Teresa, Rocha, São Carlos e Maldonado, a caminho de Montevideú. Nesse ínterim, Buenos Aires, após as derrotas sofridas no Alto Peru e o subsequente enfraquecimento militar, decidiu pelo reconhecimento da autoridade da Espanha sobre a Banda Oriental. As tropas portuguesas, no entanto, permaneceram em território uruguaio até 1812.

Foi essa conjuntura histórica o palco para a ação de Artigas. Com reconhecida experiência nos negócios de gado e nas andanças pelas zonas limítrofes com o Brasil, conduzindo tropas ou negociando couros, Artigas era um exímio conhecedor dessa região.

* Universidade de Passo Fundo. Doutora em História Ibero-Americana.

Artigas era tão contrário à permanência do domínio espanhol no Uruguai quanto se insurgia contra as pretensões de Buenos Aires de incorporar as terras orientais. Sustentava que o novo Estado que se formasse com as províncias que constituíam o Vice-Reino do Rio da Prata deveria adotar a fórmula federativa, de maneira que cada província conservasse a sua autonomia, ao contrário dos portenhos que advogavam a forma centralizadora de gestão.

As fórmulas políticas federativas completavam-se com as cláusulas nas quais Artigas defendia as de ordem aspirações econômica; consagrava a liberdade de comércio interprovincial, exigindo que não se colocasse nenhuma tarifa aos artigos exportados de uma província a outra uma vez que as Províncias Unidas, além de um conglomerado político, constituiriam também uma unidade econômica, que não devia descaracterizar-se com alfândegas interiores.

O artiguismo defendia a idéia de *coordenação autônoma das províncias*, em contraposição ao preceito de *subordinação centralizada* proposta por Buenos Aires. Daí o caráter irreconciliável dessas concepções e o fracasso de todas as gestões feitas no sentido de encontrar uma solução para as divergências (REYES ABADIE, 1976).

Divididos, os orientais buscaram cada qual efetuar alianças que lhes possibilitassem vencer a disputa. Parte da elite montevidiana buscou a união com Buenos Aires, disposta que estava em assegurar a continuidade de seus interesses econômicos e preeminência social; os artiguistas, por seu turno, deram início a conversações junto às autoridades lusitanas no Rio Grande do Sul. O principal intermediário nessas gestões foi Antônio Gonçalves Chaves da Silva, irmão de Bento Gonçalves, e também o comandante da fronteira, Francisco de Borja de Almeida Corte Real.

A ligação de Antônio Gonçalves com Artigas é mencionada por Henrique Wiederspahn nos seguintes termos: " O que há de positivo a respeito de Antônio Gonçalves da Silva, que chegaria a tenente-coronel farroupilha, posto em que faleceu, em 1841, é que iria manter relações pessoais bastante amistosas com o próprio Artigas e com alguns de seus comandados, entre os quais existiam inúmeros "portugueses", isto é, brasileiros que, por lá radicados, se sentiam como que integrados na nova comunidade nacional uruguaia que acabara de despertar, preparando-se para lutar pela sua liberdade e pela sua independência (...) " (WIEDERSPAHN, 1979)

O principal argumento defendido por Artigas para justificar as gestões junto às autoridades rio-grandenses baseava-se no fato de um suposto interesse comum entre a província oriental e a área gaúcha – na condição de limítrofes – em atuar harmoniosamente frente à ação das forças de Buenos Aires, as quais, caso conseguissem dominar o Uruguai, teriam acesso para atacar o Brasil.

Nas tentativas de cooptar o apoio dos portugueses para enfrentar Buenos Aires, Artigas elegeu como principais interlocutores as autoridades rio-grandenses, entre elas o governador do Rio Grande do Sul, dom Diogo de Sousa. Este faria o papel de intermediário entre o caudilho e a corte.

Os planos de Artigas a respeito de uma aliança com o Brasil não frutificaram, entretanto. As autoridades do Rio de Janeiro deram pouca atenção às suas propostas, esquivando-se de qualquer compromisso. O fato repercutiu nas próprias relações de Artigas com Antônio Gonçalves , que, em certa ocasião, revelou ter estranhado a mudança no tratamento que o líder oriental costumava dispensar-lhe a ponto de, em seus encontros pessoais, "não ter encontrado em Artigas

aquele agasalho do costume, tratando-o com alguma indiferença, o que lhe causou desconfiança" (WIEDERSPAHN, 1979)

Diante das circunstâncias, Artigas ordenou o rompimento das relações comerciais com o Brasil, em 1815, impedindo quaisquer negócios de gado, cavalos, couros e sebo e atingindo diretamente os interesses rio-grandenses.

A posição de Artigas, interpretada pelos portugueses como uma "influência perturbadora" que poderia despertar nos rio-grandenses simpatias aos desejos autonomistas regionais, levou a corte a deliberar pela invasão da Banda Oriental, em 1817, sob o comando de Carlos Frederico Lécór (LYNCH, 1985).

A guerra, sustentada até 1820, terminou com a derrota de Artigas, que refugiou-se em terras paraguaias, facilitando a incorporação da área oriental pelos portugueses. Nesse processo, a elite rio-grandense ligada aos negócios de gado foi favorecida, sendo-lhe permitida a apropriação de terras e gado para o abastecimento das charqueadas, o que foi feito especialmente com a ocupação das terras ao norte do rio Negro.(MACHADO,1973)

A resistência dos orientais ao invasor português logo se fez sentir. Liderados por um antigo oficial de Artigas, Juan Antonio Lavalleja, um grupo conhecido como os *treinta y tres orientales* , ativou o movimento pró-independência ainda latente no país, iniciando as hostilidades contra o Brasil a partir de 1825.

No contexto de guerra, o Rio Grande do Sul foi palco de intensas mobilizações, tanto pela sua situação fronteiriça quanto pelos interesses dos estancieiros gaúchos que lutavam pela defesa de suas propriedades no Uruguai.

A obtenção da independência uruguaia, em 1828, constituiu um marco básico na formação regional, pois o estabelecimento do Estado-nação uruguaio, impôs , pelo traço político, a divisão de um espaço que até então fora uniformizado cultural e economicamente: o pampa uruguaio-sul-rio-grandense. Estavam , assim, criadas as condições para o delineamento de um espaço ao mesmo tempo regional e internacional (KAPLAN, 1974).

II – TRANSAÇÕES INTER-FRONTEIRIÇAS NO PÓS-1828

O período que se seguiu à independência uruguaia em 1828 caracterizou-se por grave instabilidade política, revelando novamente uma imbricação muito estreita nas relações inter-fronteiriças.

Nenhum estudo da bacia do Prata pode ser considerado válido do ponto de vista histórico, se não levar em conta o fato de que, naqueles tempos, a região se constituía num todo, numa unidade político-geográfica na qual os limites convencionados não isolavam, na prática, as populações. Em ambos os países, os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e tais influências não se continham dentro das linhas legais, ou seja, ultrapassavam as fronteiras. Sempre que uma revolução, uma revolta, um levante ocorria, alongavam-se os olhos para a banda da fronteira, onde os grupos tinham certeza de encontrar auxílio e apoio sempre que precisassem (CALÓGERAS, 1945)

O contexto dessa época indica que o gado continuava sendo a maior fonte de riqueza dos departamentos do norte uruguaio, ao mesmo tempo que, em virtude do escasso continente populacional nessa área, avançava a penetração de rio-grandenses naquelas terras.

O fato de os espaços ao norte do rio Negro ainda estarem praticamente despovoados favoreceu a que os povoadores brasileiros fizessem uma penetração pacífica em toda essa região, onde se formou um contingente de fazendeiros brasileiros em número bastante significativo. De acordo com Souza, "o Uruguai não possuía um contingente populacional que se pudesse opor a esta ocupação progressiva e tornar real sua soberania naquelas regiões. O país contava, em 1828, com setenta mil habitantes, dos quais apenas sete mil ao norte do Rio Negro, enquanto o Rio Grande do Sul tinha cento e oitenta mil."

(SOUZA,1994)

Nesse período, três quartos das terras públicas do Uruguai se achavam em poder de súditos brasileiros, sendo que o fluxo de rio-grandenses para as terras orientais do Norte, aumentou durante a revolução farroupilha por causa do clima de insegurança gerado pelo conflito. A conexão econômica entre rio-grandenses e uruguaios encontraria a contrapartida política numa conjuntura similar de perturbação revolucionária.

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, a conturbação política adveio da rebelião farroupilha, deflagrada em 1835, fruto de uma série de insatisfações e reivindicações de natureza política e econômica às quais o governo imperial fazia-se surdo. O contexto no qual se insere o conflito rio-grandense remete ao antigo desejo de autonomia política da elite gaúcha, animada ainda, nessa conjuntura, pela convulsão revolucionária no território oriental, no qual sucedeu-se uma longa disputa pelo mando político entre os caudilhos de maior expressão da época – Rivera, Lavalleja e Oribe.

O período em questão será marcado por um intenso trânsito bilateral, onde chefes e caudilhos muitas vezes se mesclavam em incursões por território alheio, tendo as questões políticas significativa repercussão entre os grupos partidários dos dois lados da fronteira.

É certo que os farroupilhas precisaram servir-se da região oriental quando os portos de Rio Grande e de São José do Norte – únicos que permitiam comunicação com o exterior – caíram em poder das forças imperiais. Para enfrentá-las, os revolucionários rio-grandenses tiveram de contar com o auxílio externo, sendo indispensável a passagem pelo território uruguaio, embora o porto de Montevideu nem sempre estivesse aberto aos farrapos em razão da pressão exercida pelo Império sobre o governo portenho.

A corte alarmava-se com o estado de coisas no Rio Grande e com a crescente comunicação entre a província e o Uruguai. Os documentos da época destacam a situação nos seguintes termos: " [o] Rio Grande de São Pedro do Sul precisa hoje mesmo, pelo menos 600 recrutas para reforçar os corpos completamente enfraquecidos, e poder guarnecer a fronteira da parte da república Oriental; não só para evitar os repetidos roubos e assassinios, que se cometem de uma a outra parte, como também para impedir que os emigrados daquela república, refugiados neste império, tornem a passar, com o fim de hostilizá-la, com têm feito, sem que de nossa parte se lhes possa obstar; o que ultimamente serviu de pretexto à invasão no nosso território cometida

impunemente pelas tropas de Montevideu, que vieram apreender vários oficiais, os indivíduos ali refugiados: além disto, insta tanto mais a necessidade de aumentar ali as nossas forças, quanto sabemos que novas tentativas se preparam para a insurreição da república oriental, e só com força armada se pode vedar que ela se comunique aquém das fronteiras do império . "(JANOTTI,1975)

A preocupação das autoridades brasileiras com a segurança da fronteira sulina ganhava destaque, ficando patente que as contendas políticas ocorridas no Uruguai repercutiam no Rio Grande do Sul, o que contribuía para que se testemunhasse um clima de constante vigilância e apreensão por parte das autoridades do governo central.

Alarmada com a rebelião dos farrapos, a corte tratava de tomar medidas que dificultassem o trânsito entre rio-grandenses e uruguaios, no qual vinha embutidas as idéias separatistas e republicanas que floresciam na região platina, às quais as circunstâncias faziam os revolucionários gaúchos bastante permeáveis (Ver CARDOSO, 1978).

A frágil conjuntura política dessa época repercutia junto ao cônsul brasileiro em Montevideu, que, por ocasião do ataque sofrido por um navio de guerra enviado do Rio de Janeiro para combater os farroupilhas e fundeado em Jaguarão, recebeu apelo do presidente da província gaúcha nos seguintes termos: " Convém que V.S. expondo o fato ao Governo desta República inste pela punição dos agressores pois de outro modo animar-se-ão os emigrados desta Província, aí residentes, e a quem não posso deixar de atribuir grande parte neste sucesso, a maiores empresas, que virão talvez por fim a alterar a paz e a harmonia em que estamos com a República ." (Arquivo Nacional, 31/12/1835)

A gestão das autoridades, no entanto, era insuficiente para impedir que os rebeldes gaúchos impusessem presença no território oriental e , até, que fossem auxiliados naquele país. A penetração dos rio-grandenses no departamento de Cerro Largo, nessa ocasião, passou a constituir-se numa prática assídua. O relevante intercâmbio comercial mantido entre os dois lados da fronteira e a quantia significativa de estâncias em mãos de proprietários rio-grandenses explica em parte essa aproximação bilateral.

A conjuntura de trânsito livre entre as duas regiões começou a alterar-se no momento em que a situação política no Uruguai modifica-se a partir da sucessão de Rivera por Dom Manuel Oribe, em 1835. Apesar da proximidade com Rivera, Oribe, uma vez eleito, procurou libertar-se da poderosa influência daquele. Numa tentativa bem-sucedida de reduzir o poder de Rivera, Oribe aliou-se aos partidários de Lavalleja e destituiu Rivera de seu posto de comandante-geral da campanha..

Perseguido e humilhado, Rivera rebelou-se contra Oribe, em julho de 1836, mas foi derrotado pelas forças legais na batalha de Carpintería, que ficou conhecida como a primeira batalha em que os combatentes se singularizaram como *blancos* e *colorados*

(WILSON, 1986). Adotando, então, uma prática costumeira, Rivera rumou para a fronteira gaúcha de Quaraí com cerca de quatrocentos homens, instalando-se entre as tropas imperiais que combatiam os farroupilhas. Ali, passou a elaborar nova estratégia de invasão ao Uruguai.

Por seu turno, os farroupilhas esperavam contar com o apoio de Oribe, uma vez que consideravam Rivera vinculado ao Império. O presidente uruguaio, porém, adotou uma política de duas pontas: oficialmente, mantinha neutralidade e tentava aproximar-se do governo imperial – o que

foi feito principalmente através da missão de Carlos Villademoros ao Rio de Janeiro -; extra-oficialmente, porém, o presidente uruguaio tratava de chegar-se aos farrapos, pois ignorava o destino que teriam os rio-grandenses, bem como temia um possível estreitamento de relações destes com Rivera.

Os revolucionários gaúchos sentiam-se extremamente desconfortáveis com a conduta do governo oriental, que considerava, pouco clara e que não lhes outorgava nenhuma vantagem. A posição de Oribe, no entanto, parecia muito clara para as autoridades brasileiras em Montevideu, como pode ser percebido pelo comentário do Encarregado de Negócios naquele país, Almeida de Vasconcellos: " O partido do presidente Oribe, desejoso de ver esta Província separada do Brasil, para Ter por vizinho um Estado pequeno e fraco, simpatiza e se identifica com o nosso partido rebelde e os defensores da legalidade, como em vingança deste procedimento, ou desejosos de contrabalanço, hão de naturalmente identificar-se com o partido revolucionário da Cisplatina, o que mesmo já chega a ponto de se todos convencerem que fica fora de dúvida o triunfo da legalidade desta Província, se triunfa o partido de Fructuoso Rivera, no Estado oriental. " (VARELA, 1929)

O governo regencial tentou um acordo com Oribe, sugerindo que os rebeldes orientais que entrassem no Rio Grande fossem retidos e internados fora da província sulina; por parte de Montevideu, por sua vez, deveria haver reciprocidade a respeito dos revolucionários farroupilhas. Na prática, porém, o acordo estava previamente fadado a não se efetivar uma vez que, se o Império dispunha de províncias longínquas para enviar os orientais, no Uruguai, em qualquer ponto que fosse, os farrapos sempre ficariam a pouca distância do estado e em condições de continuar insuflando o movimento.

No final de 1837, o contexto de luta alterou-se tanto para os farroupilhas quanto para os uruguaios. No Rio Grande do Sul, o presidente da província Araújo Ribeiro, havia sido deposto pelo governo central. Bento Manuel, ofendido pelo que considerou uma afronta ao seu parente e amigo, desertou do serviço legal, aderindo ao movimento dos rebeldes. Na nova situação, passou a contar com a colaboração de Rivera, que, então, fugira de Porto Alegre, onde se achava preso, e preparava a Segunda invasão ao Uruguai, largamente arquitetada em solo gaúcho.

Alarmado com os rumos dos acontecimentos, o governo regencial nomeou Pedro Chaves para a função de agente junto a Oribe e cuja incumbência era entender-se com o mandatário oriental no sentido de destruir a influência de Rivera, tido com "inimigo da tranquilidade de ambos os países" (RIBEIRO, 1936). Em paralelo, o agente designado também foi incumbido de mostrar sutilmente a Rivera que o Império não lhe era hostil, acenando com uma possibilidade de futuro entendimento. É claro que o recomendado era que todos esses contatos fossem feitos "de palavra", que somente se escrevessem as notas indispensáveis e sempre de maneira que "não arrastassem futuro comprometimento " (RIBEIRO, 1936).

Seguindo o panorama da guerra, Rivera invadiu o Uruguai, à frente de mais de 1 200 homens, com a conivência dos chefes farroupilhas. Empreendendo uma tática de guerra calcada em movimentos rápidos e em recursos bélicos, Rivera assegurou o domínio quase completo da República. Durante a fase da conquista, Rivera celebrou com os farroupilhas o Tratado de Cangüê,

que estabelecia um "recíproco intercâmbio de bons ofícios", entendendo-se por isso a troca de armamentos e cavalhadas. (MENA SEGARRA, 1977)

Em junho de 1838 as forças de Oribe foram derrotadas na batalha de Palmar, iniciando-se aí a aproximação do caudilho com o argentino Rosas e a organização de uma campanha que visava recobrar o poder perdido para Rivera. (VIANA, 1990).

No cenário de guerra rio-grandense, o governo central, em mais uma tentativa de sufocar os farroupilhas, expediu instruções ao representante brasileiro em Montevideu, Pedro Chaves, para que propusesse a Rivera uma negociação visando à pacificação do Rio Grande. Autorizava o encarregado a afiançar total isenção de culpa aos rebeldes que abandonassem os chefes revolucionários; a oferecer a Rivera, com discrição, concessões pecuniárias, lembrando-o das obrigações que devia ao governo brasileiro por este não ter entrado em aliança contra ele durante a guerra sustentada por Oribe. Mais uma vez, essas negociações deveriam abster-se de estipulações por escrito – recomendava o governo do Rio de Janeiro- não deixando, desse modo, nenhum vestígio dos pactos mantidos com o caudilho oriental.

Rivera, no entanto, não correspondeu aos projetos de pacificação propostos pelo governo imperial, nada resultando de concreto da missão de Chaves. Aliás, na tentativa de limitar a luta dentro das fronteiras orientais, Rivera tratou de ignorar todas as alianças que pudessem atrelá-lo a algum compromisso naquele momento. Por seu turno, a situação da província gaúcha agravava-se de forma contundente, ainda mais com a atitude solidária do caudilho Rosas aos revolucionários farroupilhas (RIBEIRO, 1936) . Em relação ao Uruguai, a situação era ainda mais alarmante para o governo imperial, pois naquele país os rebeldes eram recebidos e patrocinados, sendo que Rivera não escondia seu decidido interesse pela causa da rebelião e um pronunciado rancor pelo Brasil. O governo brasileiro declarava que tinha conhecimento das relações estabelecidas entre as autoridades orientais e os chefes rebeldes; sabia que do Uruguai vinham cavalhadas, munições e outros artigos de que os farrapos necessitavam; tinha ciência da existência de um Tratado de Aliança de Rivera com os gaúchos rebelados (RIBEIRO, 1936).

É consideravelmente extensa a documentação que trata dos trâmites diplomáticos dessa época entre os governos brasileiro e uruguaio. Foge do nosso objetivo, no entanto, estender ainda mais o relato dessa conjuntura. Resumidamente, a situação era a seguinte: de um lado, o Brasil necessitava sufocar a rebelião farroupilha no Rio Grande, o que se apresentava como uma tarefa difícil em razão do apoio recebido pelos rebeldes, tanto de Rivera quanto de Oribe e Rosas; de outro, Rivera, para manter-se a salvo da constante ameaça representada pela aliança entre o caudilho argentino e Oribe, trilhava um caminho de mão-dupla, ora emprestando seu apoio aos farrapos, ora comprometendo-se com o governo imperial, numa reciprocidade de auxílios.

O que sucedeu após esses acontecimentos foram os episódios que deram início à Guerra Grande (Ver MORENO, 1925) . De 1839 até 1842, Rivera prosseguiu na disputa com Oribe e Rosas. Vencido Rivera na batalha de Arroio Grande, em 1842, Oribe adentrou em Montevideu liderando um exército de 17 mil homens. De 1843 a 1851 a capital uruguaia manteve-se sitiada; foram nove anos de conflito em território oriental, que destruíam sua riqueza pecuária e , praticamente paralisaram o seu crescimento como centro comercial (CALÓGERAS, 1945).

A internacionalização da Guerra Grande , que envolveu orientais, blancos e colorados, argentinos, federais e unitários, e a mediação das potências francesa e inglesa, foi fator muito significativo no encaminhamento da pacificação dos rebeldes farroupilhas, extenuados por uma guerra que já durava quase uma década.

O Império, ansioso com a instabilidade no Prata, tratou de resolver a convulsão na província sulina, visto que esta poderia tomar proporções indesejáveis ao equilíbrio do recém criado estado nacional. O governo imperial, por essa época, já havia sido assolado por graves rebeliões provinciais, a exemplo da Cabanagem, no Pará, da Balaiada, no Maranhão e da Sabinada, na Bahia. Por isso, sufocar as tentativas autonomistas era condição *sine qua non* para manter a unidade territorial, bandeira singular no caso brasileiro em relação aos demais processos de independência sul-americanos.

Esse contexto de instabilidade sem dúvida tornava precária a tarefa de consolidação da independência bem como das condições indispensáveis à construção da nacionalidade. O quadro de cisões políticas internas e de agitações revolucionárias, como se vê, foi peculiar tanto ao Brasil quanto ao Uruguai nesse período em que a consolidação dos Estados nacionais ainda era uma tarefa a ser concluída. Portanto, o tênue alicerce no qual se balizavam ambas as nações era duramente atingido pelas querelas intestinas e mais agravado ainda quando estas extrapolavam os limites nacionais e articulavam-se num quadro internacional, como foi o caso do Rio Grande do Sul e do Uruguai nesse momento.

Diante dessas circunstâncias, o Império não se furtou ao apelo de auxílio feito por Rivera para fazer frente às intenções anexionistas de Rosas com respeito ao Uruguai. O Brasil prontamente o atendeu, pois estava em seus planos negociar o tratado de limites definitivo com o Uruguai, empreitada que se afigurava mais fácil junto aos colorados de Rivera do que junto aos blancos de Oribe, que seguiam pleiteando um acordo nas bases que haviam sido propostas pelo tratado de 1777 (ROCHA, 1917).

O encaminhamento final da Guerra Grande se deu em meio a um Uruguai que sobrevivia em condições econômicas, sociais e políticas difíceis, circunstâncias que facilitaram as negociações de vários tratados com o Brasil em 1851 (OLIVERA, s/d).

A assinatura dos tratados causou enorme polêmica no Uruguai, sendo motivo de permanentes acusações blancos, que os consideravam atentários à soberania nacional, e colorados, os quais argumentavam que os tratados apenas tinham oficializado uma situação que existia de fato. Enfim, a fixação dos limites com o Brasil e a ingerência brasileira na política uruguaia, por muitos anos, foram o preço pago pelos orientais pela intervenção do Império na luta contra Rosas (TOURON e ELOY, 1991). Na balança de poder entre o Império e o caudilho argentino, o governo uruguaio optou por voltar-se para o primeiro, considerando que "com aquele sempre seria possível chegar a acordos, em troca com Rosas, é impossível a sobrevivência da República " (OLIVERA, s/d).

A desorganização no Prata, a partir da independência uruguaia, e a instabilidade interna provocada pelas rebeliões provinciais, particularmente pela revolução farroupilha no Rio Grande do Sul, contribuíram para a formação de um quadro no qual se inter cruzaram questões

internas e internacionais. As tensões fronteiriças, resultantes do intenso trânsito entre os rebeldes rio-grandenses e os revolucionários uruguaios, foi fator de extrema significância no processo de consolidação dos respectivos estados nacionais, cujo equilíbrio precário prescindia da pacificação das regiões sublevadas.

BIBLIOGRAFIA

CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1945.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, v. 4, 1978.

JANOTTI, Aldo. Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por d. João VI. *Revista de História*. São Paulo, v. 52, n. 103, ano XXVI, p. 315-341, jul/set, 1975.

KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado nacional*. Rio de Janeiro: América Latina, 1974

LEVENE, Ricardo. *Lecciones de historia argentina*. Buenos Aires: J. Lajoane e Cia., 1939, v. 2

LYNCH, John. *Las revoluciones hispano-americanas (1808-1826)*. Barcelona: Editorial Ariel, 1985.

MACHADO, Carlos. *História de los orientales*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

MENA SEGARRA, C. Enrique. *Aparício Saravia: las últimas patriadas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

MORENO, Eduardo. *Aspectos de la Guerra Grande*. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1925.

OLIVERA, Enrique Arocena. *Política internacional – teoria y realidad en las relaciones entre Estados*. Montevideo: Centro Militar, s/d

REYES ABADIE, Washington. *Artigas y el federalismo en el Rio de La Plata*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As relações do Brasil com as repúblicas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Archivo Nacional, 1936.

ROCHA, Pinto da. A política brasileira no Prata até a guerra contra Rosas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. T. especial.1. CHN. V. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 567-617, 1917.

SOUZA, Suzana Bleil de. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos – uma aproximação. In: LENHEN; CASTELO; SCHÄFFER. *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs/ co-edição Prefeitura Municipal de Uruguaiana, p. 78-89, 1994.

TOURON, Lucia Sala de; ELOY, Rosa Alomo. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. T. II. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

VARELA, Alfredo. *Política brasileira: interna e externa*. Porto: Livraria Chardron, 1929

VIANA, Francisco. *Argentina: civilização e barbárie*. São Paulo: Atual, 1990.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Bento Gonçalves e as guerras de Artigas*. Porto Alegre:

IEL/ Caxias do Sul: EST, 1979.

WILSON, José de Torres. *Caudillos y partidos políticos*. Montevideo: Ediciones de la Planta, 1986.